



ENTREVISTA: ABEL SEQUEIRA FERREIRA

Director executivo da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado

AAEM, associação que representa as empresas emitentes em Portugal, defende a avaliação dos custos e benefícios da regulação e alerta para o fardo da burocracia para as empresas

“A regulação que existe já é excessiva e este é o momento para a avaliar”

TIAGO FIGUEIREDO SILVA

A Comissão Europeia tem sob consulta pública o Livro Verde em matéria de governo das sociedades. Qual foi a vossa resposta ao documento?

É uma consulta europeia com a possibilidade de algumas questões serem revertidas em legislação. Ao mesmo tempo, olhamos para o enquadramento jurídico em Portugal e percebemos que esses temas já se encontram tratados e, em alguns casos, vão mais além que a própria consulta. A nossa resposta vai neste sentido: o facto de a experiência portuguesa ir mais além daquilo que está em discussão a nível europeu, não deve significar que as soluções que se encontrarem sejam acolhidas. Qualquer tipo de regulação gera benefícios e custos, o que significa que não é possível continuar num caminho em que as recomendações surgem, a regulação está lá e nunca se percebe quais são os custos e as vantagens. Em Portugal está por fazer o trabalho de parar, olhar para as regras existentes e perceber se fazem sentido. Não nos parece que seja o verdadeiro processo de revisão aquele que de dois em dois anos faz com o número de regras aumente sempre, sem que nunca se conclua se há qualquer coisa que não é necessária ou não é eficiente.

O documento questiona a possibilidade de uma maior intervenção legislativa em termos de regulação. E da parte da AEM?
Da parte da AEM, é claro que a regulação que existe já é excessiva, não é o momento para mais regulação. É o momento para avaliar o que existe e tentar criar regulação mais proporcional, com maior qualidade, mais transparente e que

cumpra o princípio essencial de que a regulação só deve existir para resolver um problema. Mas isso não significa que quando exista um problema tenha de ser resolvido com regulação. O Livro Verde é colocado em consulta na sequência de uma crise financeira, mas nós não tivemos os problemas e questões tão graves relacionadas com a crise. Portanto, a regulação que temos não respondeu à resolução de problemas porque os problemas não existiram. Quando dizemos que não deve haver mais regulação e que deve ser reduzida, estamos a falar sobre os mercados e as entidades que já estão reguladas. Mas continuam a existir mercados, instrumentos e entidades que não estão regulados. Nesses casos entendemos que há trabalho para fazer.

Seria prejudicial para as empresas uma maior regulamentação do sistema de governo das sociedades? A burocracia é sempre prejudicial. Existem custos administrativos associados, além da desvantagem que dá às empresas na sua internacionalização. Esta burocracia tem de ser levantada, as empresas

“ não podem continuar debaixo deste fardo, têm de se libertar. Esta é uma discussão que é necessário fazer: a partir de que momento é que deixamos de falar em regulação e passamos a falar de burocracia.

Mas uma menor regulação não implica riscos maiores para o mercado?

Não, depende do que estivermos a falar. Numa situação em que os problemas só podem ser resolvidos com regulação e ela não existe, ter menor regulação implica riscos. Mas ter menor regulação, se a que existe for excessiva e for um obstáculo ao desenvolvimento económico, implica um só risco, que é o não desenvolvimento da



O director executivo da AEM considera que a regulação existente em Portugal é excessiva

PERFIL

ABEL SEQUEIRA FERREIRA

› Director executivo da AEM, Associação de Emitentes em Mercado

› Foi nomeado para o cargo em Dezembro de 2010 e iniciou funções em Fevereiro de 2011

› Entre 2002 e 2011, desempenhou os cargos de administrador executivo e de vice-presidente da Interbolsa SA, empresa detida pela NYSE Euronext Lisbon

› Está a ultimar o doutoramento em Gestão Empresarial Aplicada e é mestre em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa

economia devido ao peso excessivo da burocracia. Ao reduzirmos a burocracia estamos a reduzir o principal risco, que é o de não conseguirmos desenvolver e crescer porque as empresas estão esmagadas pelo peso da burocracia.

Que avaliação faz da CMVM?

Em matéria de governo de sociedades, a CMVM teve a iniciativa de no momento certo iniciar a discussão e fazer surgir as primeiras recomendações. Mas depois houve um crescimento da complexidade. Se tivémos princípios regulatórios de proporção, de transparência, e se nos focámos nos problemas que existem, então terémos uma melhor regulação em Portugal. Se a tivémos, os reguladores ficam mais libertos para fazer coisas mais úteis. Considero que a CMVM é um interlocutor essencial e fundamental para pensar no futuro do mercado de capitais português e com o qual podemos e devemos contar.

“Queremos contribuir para desenvolver o mercado de capitais”

Quais são os objectivos da AEM?

O objectivo principal é a representação dos interesses das empresas emitentes em Portugal, que pode ser atingido da melhor forma com o desenvolvimento do mercado de capitais. Temos um conjunto de prioridades estratégicas com o objectivo de contribuir para que o mercado de capitais possa desenvolver-se, modernizar-se, ganhar competitividade e atrair mais empresas e investidores. Este é o momento adequado para regressarmos à essência do mercado de capitais: permitir que as empresas encontrem os seus investidores e possam financiar-se.

E quais são as prioridades estratégicas para 2011?

O acompanhamento dos processos regulatórios, o acompanhamento de todos os processos e iniciativas relacionadas com o governo das sociedades e questões relacionadas com os custos. Ligadas a esta última prioridade estão as iniciativas de ajuda às empresas de pequena e média dimensão. Outras das nossas prioridades estratégicas centram-se na identificação dos accionistas, na criação de um espírito de comunidade entre as empresas associadas e a realização do fórum anual.

O fórum já tem data marcada?

A previsão é que decorra na segunda quinzena de Novembro. Poderá ser um momento muito importan-

te de reflexão sobre o que deve ser o futuro do mercado de capitais em Portugal.

Quais as maiores dificuldades das empresas vossas associadas?

As dificuldades normais de quem está numa economia com a actual situação, quer do ponto de vista das fragilidades conhecidas quer do ponto de vista reputacional. Por melhores que sejam as nossas empresas, não deixam de sofrer a contaminação do risco reputacional do Estado.

Vão ter mais associadas?

Sim, estamos a trabalhar no sentido de aumentar o número de empresas associadas até ao final do ano. Representamos as entidades emitentes e não exclusivamente as empresas do PSI-20. Além das cotadas, temos dez outras empresas já associadas e estamos em conversações com um conjunto de outras empresas cotadas.

O resultado das eleições poderá ser benéfico para as empresas?

O que acho benéfico para o País é que exista estabilidade, que saibamos, do ponto de vista da nossa organização e estrutura política, como é que as coisas se passam com uma estabilidade de médio e longo prazo. Com uma situação estável, com uma estratégia e libertas do peso da burocracia, as empresas portuguesas conseguem fazer tão bem ou melhor que as suas concorrentes internacionais.



COTADAS
Burocracia
é fardo
pesado
Associação
pede novas
regras
PÁG. 6